

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, março de 2014, número 75. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Conjuntura da luta pela terra no Brasil: balanço e perspectivas

ARTIGO DO MÊS

Relações cidade-campo: da oposição entre a cidade e o campo aos Territórios da Cidadania

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

Projeto de Extensão UEG/MEC - PROEXT

“Palestra: A concepção de Escola do Campo e os desafios à sua materialização”

Formosa – Goiás, 03 de abril de 2014

Golpe Militar – 50 anos: Memória, História e Direitos Humanos

UNESP/Presidente Prudente – São Paulo, 7 a 11 de abril de 2014

VI Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais

“Por que a Reforma Agrária continua atual e necessária?”

UNIARA/Araraquara – São Paulo, 28 a 31 de maio de 2014

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Noroeste paulista: práticas e movimentos sociais, trabalhadores e experiência.

Orgs.: *Sedeval Nardoque, Vagner José Moreira e Humberto Perinelli Neto.*

Trata-se de um esforço coletivo, que visa discutir aquela região, a partir daqueles sujeitos, através dos olhares de geógrafos e historiadores. Assim, os diferentes artigos que compõem o livro permitem acompanhar as situações vividas e as lutas de um conjunto de personagens, que poderiam ser aglutinados na categoria de "trabalhadores rurais".



Agricultura mora em mim: a face invisível das cidades.

Direção: *Cecília Figueiredo.*

“É paixão! A gente se apaixonou realmente pela agricultura, por estar mexendo com a terra, por estar vendo o trabalho da gente se desenvolver ali, diante dos nossos olhos”, revela Elias, agricultor de Magé (RJ). Agricultores e agricultoras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro mostram como em meio à expansão urbana, à especulação imobiliária e, sobretudo, debaixo do manto da invisibilidade, centenas de famílias persistem com seus modos de vida.

Para ver: <http://vimeo.com/55602335>.



PodCast Unesp – Pod Territorial

Autores: *Vários*

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>

APOIO

Editoração: Danilo V. Pereira e Ananda R. F. de Souza (bolsista PIBIC). *Revisão:* Tiago E. A. Cubas, Leandro N. Ribeiro, Ana Lúcia Teixeira (bolsista ATP/CNPq), Karin G. S. M. de Souza (bolsista PIBIT/CNPq), Hugo A. Alves (bolsista PROEX), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), José Sobreiro Filho e Rodrigo S. Camacho (bolsista FAPESP).
Coordenação: Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista FAPESP) e Valmir José de Oliveira Valério.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

CONJUNTURA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL: BALANÇO E PERSPECTIVAS

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Professora do Departamento de Geografia da Unesp – Campus de P. Prudente
Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA
janadageo.unesp@yahoo.com.br

Eduardo Paulon Girardi

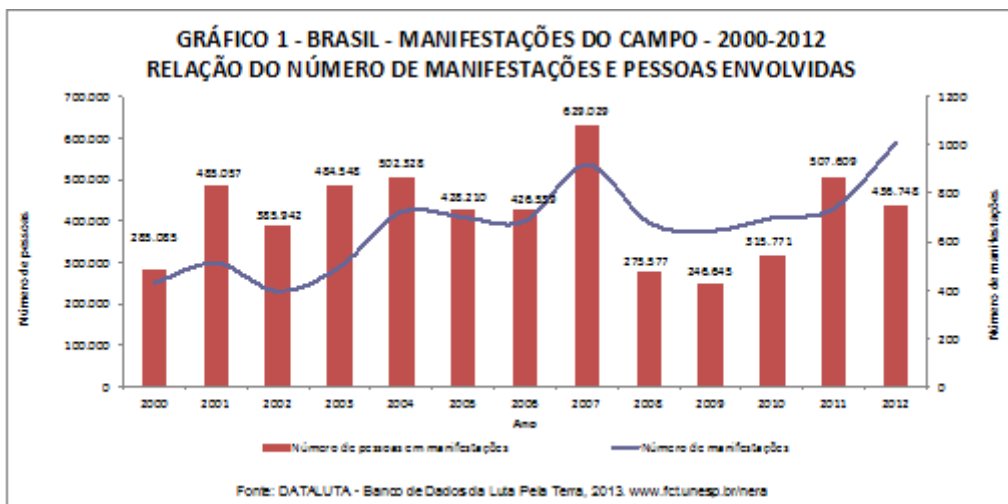
Professor do Departamento de Geografia da Unesp – Campus de P. Prudente
Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA
girardi@fct.unesp.br

Neste texto analisamos alguns aspectos da conjuntura atual da luta pela terra no Brasil a partir dos dados publicados, em 2013, nos Relatórios DATALUTA 2012 Brasil, estado de São Paulo e Pontal do Paranapanema, todos disponíveis no site do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) www.fct.unesp.br/nera. A análise foi efetuada diante do balanço das manifestações do campo, ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária e movimentos socioterritoriais.

O ano de 2013 foi marcado no cenário nacional pelas inúmeras manifestações populares nas capitais e grandes centros urbanos do Brasil, que tinham como pauta desde o valor de passagens de ônibus até os abusivos gastos com a copa do mundo. Em uma sociedade cuja população e modos de vida estão altamente urbanizados, os problemas no campo acabam sendo minimizados na percepção popular, e a atenção às lutas por questões agrárias, mesmo que ocorram com muito mais frequência e em sua maioria nas cidades (mas também de forma mais pulverizada), têm menor apelo da mídia e da sociedade e, conseqüentemente, respostas dos governos. Fato é que no Brasil, entre 2000-2012, ocorreram 8.617 manifestações do campo e que contaram com a participação de 5.409.088 pessoas, mas a atenção geral da sociedade não é sequer comparável com aquela das manifestações de 2013.

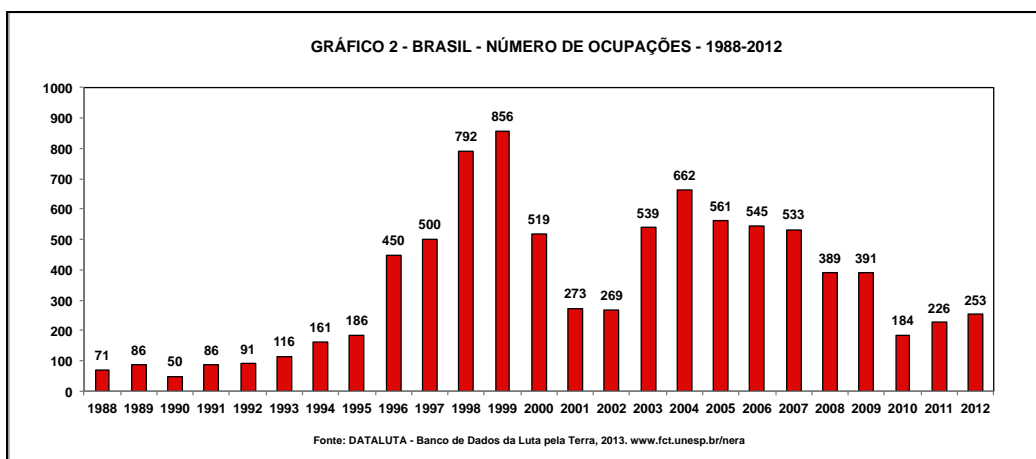
Além das ocupações de terra, os movimentos socioterritoriais desenvolvem várias manifestações como forma reivindicatória e contestatória de luta camponesa. As manifestações consistem, principalmente, na formação de acampamentos, bloqueios, concentração em espaços públicos, ocupações de prédios públicos, marchas, caminhadas e manifestações temáticas. Diferentemente das ocupações de terra, que geralmente reivindicam uma terra específica para assentamento, as manifestações são ações mais amplas que compreendem questões como: políticas de desenvolvimento do campo, promoção da reforma agrária, regularização de posses, respeito a questões ambientais, direitos dos povos tradicionais, direitos humanos, combate à pobreza e à fome, privatização das águas, transgenia, luta contra o agronegócio, gênero, construção de barragens/hidrelétricas, uso de agrotóxicos, ou até mesmo questões pontuais referentes a assentamentos específicos (FELICIANO, 2010).

Entre 2000 e 2012 as manifestações ocorreram em todas as macrorregiões brasileiras. A região Nordeste apresentou o maior número, com 2.964 manifestações e 1.892.875 pessoas envolvidas. Em 2008 o número de manifestações no Brasil caiu significativamente, retomando o crescimento a partir de 2011. Em 2012 foram registradas 1.007 manifestações, número superior a 2011, quando foram registradas 736. O gráfico 1 permite visualizar a evolução das manifestações e pessoas envolvidas no Brasil.



No estado de São Paulo, no mesmo período de doze anos, 510 manifestações reuniram quase 237 mil pessoas, com destaque para as regiões administrativas de São Paulo e Presidente Prudente, que registram, respectivamente, 119 e 129, somando quase 160.000 pessoas - 43% do total de manifestantes no estado. O ano de 2012 apresentou aumento no número de manifestações em São Paulo em relação a 2011 - 83 contra 43. No Pontal do Paranapanema, região marcada pelos intensos conflitos agrários, os municípios de Teodoro Sampaio e Presidente Prudente somam mais de 40% das pessoas e manifestações do campo no estado.

Se o número de manifestações retomou patamares semelhantes ao ano de 2007, quando analisamos as ocupações de terra, esta retomada é bem menor, caracterizando ainda um expressivo refluxo das ocupações de terra no Brasil desde 2004. De 1988 a 2012, 8.789 ocupações concentraram-se no Centro-Sul e Nordeste, contando com a participação de 1.221.658 famílias. O gráfico 2 permite visualizar esse refluxo.



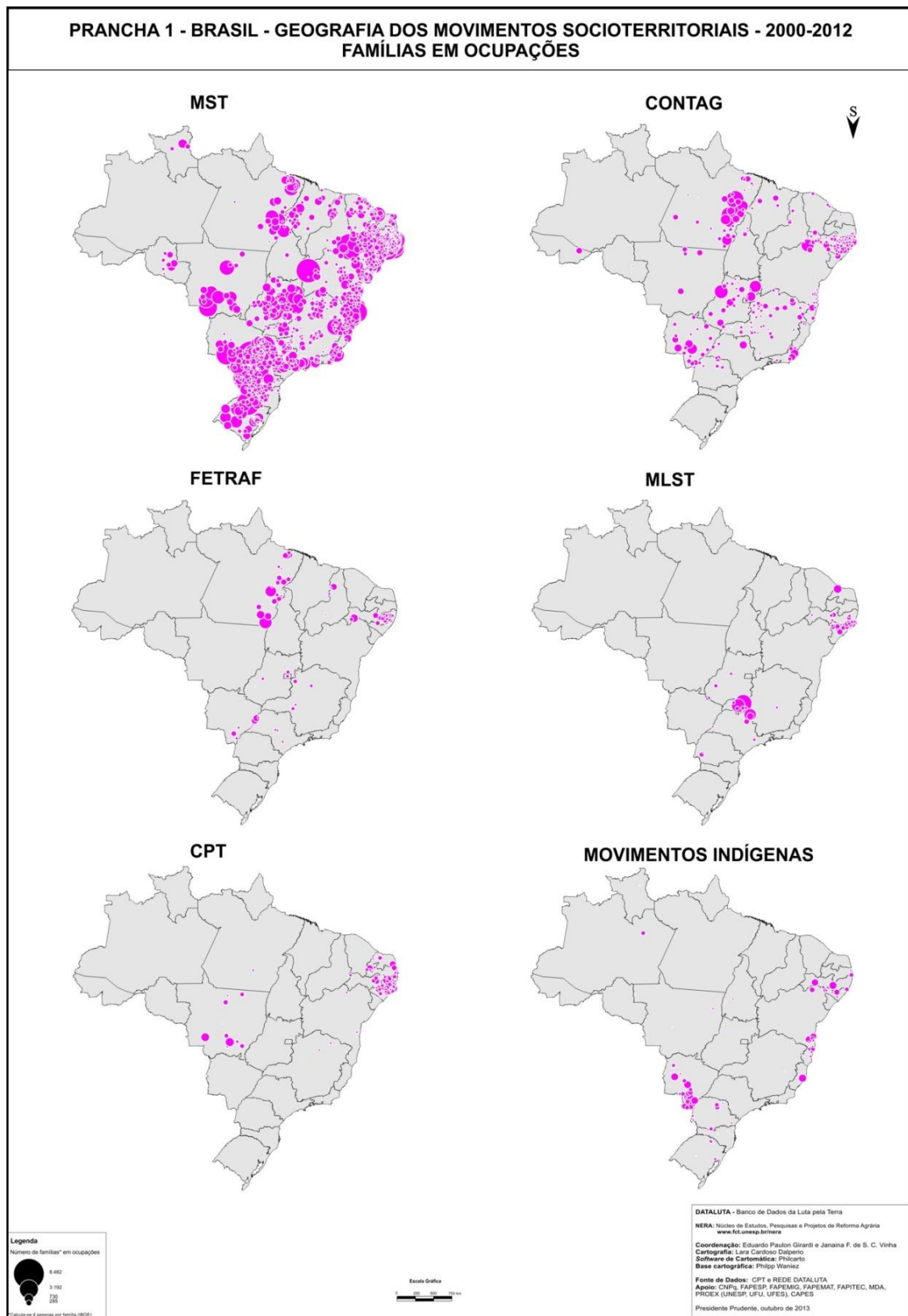
Para o estado de São Paulo, no mesmo recorte temporal, foram 1.451 ocupações e 199.843 famílias, e assim como em manifestações, a região do Pontal se destacou. Na região administrativa de Presidente Prudente foram registradas 879 ocupações, totalizando 114.158 famílias - quase 60% das

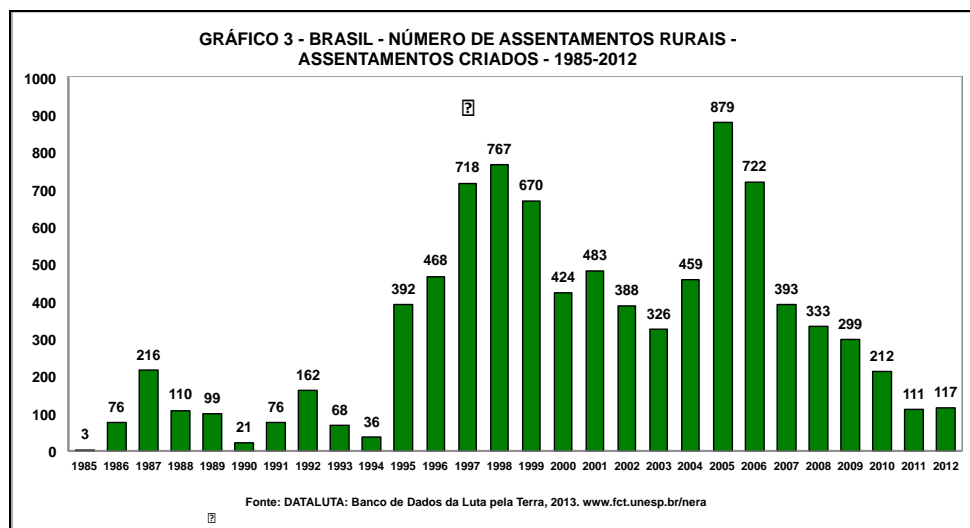
ocupações realizadas em todo o estado. O Pontal do Paranapanema continua sendo a região que historicamente vem concentrando essas ações, com 793 ocupações e 102.757 famílias. Em 2012, foram 15 ocupações e 517 famílias envolvidas, sendo que apenas as regiões de Presidente Prudente, Araçatuba, Ribeirão Preto e Bauru registraram ocupações. No Pontal, estas ações também diminuíram de 2011 para 2012, passando de 23 para 15.

Entre 2000 e 2012, 116 movimentos socioterritoriais realizaram ocupações de terra no Brasil. Desses, 23 realizaram ocupações em 2012, com destaque para o MST, movimento mais territorializado do país (FERNANDES, 1999), com a participação de 13.862 famílias em 108 ocupações. A CONTAG, com 1.053 famílias e 14 ocupações, é o segundo movimento mais atuante, com predomínio na região Nordeste e nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Pará. As “ocupações de terra” realizadas por indígenas, também chamadas de retomadas, cresceram significativamente nos últimos anos, principalmente devido ao avanço do agronegócio sobre os territórios indígenas. Os movimentos indígenas constituem o terceiro grupo que mais realizou ocupações, com a participação de 816 famílias em 46 ocupações em 2012 e forte atuação nos estados do Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Sul da Bahia. A prancha 1 permite visualizar a abrangência territorial de cada movimento em suas ações de ocupação de terra.

O MST também é o movimento mais territorializado do estado de São Paulo, com 508 ocupações e 69.665 famílias participantes entre 2000 e 2012. Entretanto, diferente da escala nacional, o MAST é o segundo movimento mais territorializado do estado, com 39 ocupações e 3.678 famílias no período, números que evidenciam a representatividade do MST no processo de luta pela terra também em São Paulo. Ainda há movimentos como FERAESP, MLST, FETRAF e MST da Base que, juntos com o MAST, somam 176 ocupações e 11.426 famílias neste estado. Em 2012, o MST da Base foi o movimento mais atuante em São Paulo e no Pontal do Paranapanema, com 541 famílias em 17 ocupações de terra no estado, seguido do MST e do MST Independente. Semelhante acontece no Pontal, onde o MST da Base e o MST foram os movimentos que mais atuaram em 2012. O MLT e o MLST, entre os anos de 2000-2012, também realizaram ocupações no Pontal. Embora o número de ações tenha diminuído consideravelmente, o MST ainda continua sendo o principal movimento socioterritorial camponês brasileiro, que ao longo de sua jornada de lutas e dissidências abriu espaço para a atuação de novos movimentos, reivindicações e bandeiras.

Como a promoção da reforma agrária pelos governos não é espontânea e historicamente está atrelada à pressão exercida pelos movimentos socioterritoriais, com o refluxo da luta pela terra houve também uma correlata diminuição na criação de assentamentos rurais, sobretudo no período de 2006 a 2011. Quando analisamos o Brasil, os assentamentos estão distribuídos por todo o país, mas a maior parte foi criada nas regiões Norte e Nordeste. O ano de 2005 obteve o maior número de assentamentos rurais criados (879), mas também foi um ano marcado pela regularização fundiária, o que revela uma política de reforma agrária que manteve seu padrão conservador. Entre 1979-2012 foram criados 9.070 assentamentos com 933.836 famílias assentadas no Brasil. A comparação do gráfico 3 com o gráfico 2 permite verificarmos a sincronia entre ocupações e criação de assentamentos.





Em São Paulo, a mesma tendência de diminuição foi detectada, com a criação, em 2012, de apenas quatro assentamentos com 176 famílias, localizadas nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto, São Paulo e Sorocaba. O número ainda é superior a 2011, ano em que foram criados apenas dois assentamentos com 19 famílias. No Pontal do Paranapanema, região onde chegaram a ser criados 30 assentamentos só no ano de 1997 e que possui atualmente 112 assentamentos criados entre os anos de 1985-2011, nenhum assentamento foi criado em 2012.

Se por um lado o ritmo de criação de assentamentos diminuiu, a estrutura fundiária brasileira continua com forte concentração. Ela tem apresentado constante crescimento da área e do número de imóveis rurais de forma concentrada. Entre 1998 e 2012 a estrutura fundiária brasileira foi acrescida de 181,5 milhões de hectares e entre 2011 e 2012 o acréscimo foi de 6,3 milhões de hectares. Este aumento considera as propriedades e as posses. A estrutura fundiária brasileira continua crescendo a partir da incorporação concentrada de novas terras ao patrimônio particular. A área dos imóveis rurais do Acre aumentou 13,3%, com mais um milhão de hectares. O Pará teve aumento de 2,4 milhões de hectares, Mato Grosso de 1,5 milhão e Minas Gerais 1,2 milhões. Caso interessante é de Mato Grosso do Sul, que teve redução de 6 milhões de hectares, talvez resultado da retomada de terras pelo Estado. O índice de Gini dos municípios brasileiros está estagnado em patamares médios e altos e a política de assentamentos ainda é insuficiente para alterar estruturalmente a concentração de terras no Brasil.

Se analisado todo o período posterior à redemocratização do país, quando a luta pela terra ganhou maior atenção, podemos afirmar que nos últimos seis anos houve um significativo retrocesso e estagnação da luta pela terra e, conseqüentemente, da política de assentamentos rurais. A diminuição da ação dos movimentos socioterritoriais está ligada à atual conjuntura econômica e política do país, que vem possibilitando acesso à renda e consumo pelo aumento da disponibilidade de trabalho e renda, e também por meio de políticas compensatórias e assistencialistas do governo federal, como o programa Bolsa Família. Todos esses fatores contribuem para que o público potencial da reforma agrária, que comporia as famílias demandantes de terra, optem por não se engajar na luta, já que conseguem condições mínimas para sobrevivência. Contudo, é preciso lembrar que os níveis de renda obtidos e o consumo de produtos e

serviços ainda são muito restritos e não atingem grande parte da população. Trata-se de uma situação conjuntural de distensão da luta pela terra, mas não na solução do problema agrário estrutural no Brasil.

Se a disposição em demandar terra tem diminuído, a conflitualidade da questão agrária (FERNANDES, 2005) permanece em várias outras questões, como a concentração fundiária, o monopólio crescente do agronegócio, a produção de *commodities*, a ameaça a soberania alimentar e o discurso agroenergético baseado na produção de cultivares geradoras de energias renováveis, aspectos que resguardam as desigualdades no campo brasileiro e que continuam presentes mesmo em tempos de refluxo das lutas. Após da aparente calmaria, a questão agrária continua sendo um problema estrutural e inerente ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo (OLIVEIRA, 1995; 1999) e, como em toda a história agrária do Brasil, a atual conjuntura guarda a raiz da concentração (de terra, dinheiro e poder econômico), da pobreza (na cidade e no campo) e das formas de atenuar a questão sem resolvê-la (as políticas compensatórias e trabalho/emprego mal remunerado).

REFERÊNCIAS

FELICIANO, Carlos Alberto. Ocupar e resistir para viver: ações e práticas dos movimentos agrários no início do século XXI. In: XX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 20, 2010, Francisco Beltrão. **Anais do XX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999). 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP).

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

NERA – NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. **DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Brasil 2012**. Presidente Prudente: NERA, 2013.

_____. **DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório São Paulo 2012**. Presidente Prudente: NERA, 2013.

_____. **DATALUTA - Banco de Dados de Dados da Luta pela Terra. Relatório Pontal do Paranapanema 2012**. Presidente Prudente: NERA, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49-50, 1995, p. 17-57.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos Caminhos da Geografia**. Org.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.